

O Clube Militar e a República

Amerino Raposo Filho*

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, no Clube Militar, em 11 de outubro de 1989, dentro da programação comemorativa do centenário da Proclamação da República. Apresenta bem elaborada síntese dos principais aspectos motivadores da ascensão do regime republicano no Brasil e do papel do Clube Militar nesse contexto. Constitui subsídio valioso para o estudo do fato histórico "15 de novembro de 1889".

EVOLUÇÃO DO IDEAL REPUBLICANO (1710/1850)

Não precisamos relembrar cenários da Europa e da América do Norte do meado do século XVIII, como as revoluções econômico-industrial e político-social e a consequente queda do poder reinol e monárquico na América (1776/83) e na França (1789), espraiando o ideal republicano às colônias lusoespanholas da América do

Sul. Aqui mesmo, no Brasil Colonial, encontramos manifestações desse sonho, um deles pioneiro no continente americano: a Revolução de 1710/11, no Nordeste, quando até se ultima uma Constituição republicana.

Em Olinda, epicentro da principal área estratégica colonial,¹ o ódio entre os senhores de engenho, brasileiros, e os negociantes portugueses, os mascates, do Recife, irrompe quando Portugal eleva Recife à categoria de cidade. O líder revolucionário, Bernardo Vieira de Melo, herói do Quilombo dos Palmares, proclama que *erigir-se-á a Capitania em República, com governo próprio, como o da Holanda ou de Veneza*, instalando, inclusive, a Assembléia de Olinda.

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal – observa Capistrano de Abreu – os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis. Aliás, é da invocação da Revolução dos Mascates a inspiração do Hino de Pernambuco, que começa dizendo que *a República é filha de Olinda.*

Caminhando oito décadas, encontramos outro sonho republicano, o da Inconfidência, melhor diria, Conspiração Mineira, de 1789/92 movimento da nascente classe dominante brasileira contra o Poder Imperial, que aflorou próximo do centro de poder político, não tendo a mesma inspiração do de Olinda, nitidamente econô-

*Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Onde nascera a Colônia e se consolidara a economia, e de onde o invasor holandês fora expulso, precipitando o nascimento da nacionalidade.

mico, do centro para a periferia litorânea. As idéias liberais do século XVIII, a decadência da monarquia absoluta da França e a independência norte-americana empolgaram os jovens que estudavam na Europa. Um grupo de intelectuais, nacionalistas radicais e homens de várias origens, ensandecidos pela causa da liberdade, apela para a orientação e auxílio norte-americano, articulando um movimento nitidamente político, que não chega a eclodir, mas que apresentava forma e organização do Estado republicano, programa de governo e prévia articulação política de Minas com as demais capitanias, inicialmente Rio e São Paulo. Abortado, ficou o exemplo de desprendimento idealístico e de sacrifício glorioso desse grupo de patriotas extremados, que se imolam nas chamas incandescentes da Liberdade e da República, cuja síntese está contida nas últimas palavras do protomártir da nossa emancipação política, Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira: *Cumpri a minha palavra, morro pela liberdade.*

Quase na virada do século, merece registro a Inconfidência Baiana, de agosto de 1798, primeiro movimento

de classe, de base popular, chefiado por jovens soldados e alfaiates, inspirado no ideário da Revolução Francesa, pretendendo fundar uma república com igualdade e liberdade. Curiosidade, seria uma revolução com data marcada, pois anunciava, a 12 de agosto, em murais nas igrejas, que ocorreria *um levante, com saque e assassinio das pessoas mais graduadas, até o Ilm^o e Exm^o Governador.* Descobertos e denunciados, os líderes são presos, condenados e executados.

A Revolução Pernambucana de 1817 – *a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções*, no dizer de Oliveira Lima – movimento amplo e de expressão emocional muito intensa, busca formar um Estado independente e republicano como objetivo político, a ser estrategicamente alcançado mediante condições previamente reguladas. A vinda da Corte Portuguesa e a abertura dos portos ao comércio exterior proporcionaram a liberdade da Colônia, que deveria ser complementada pela definitiva emancipação política. A falta de cobertura militar para atuar contra o poder central,

fracassa como as revoluções anteriores, reprimida pelas forças reinóis. Fracassa, quando se propagava a Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte e Ceará, e até um Governo Provisório fora organizado. Para João Ribeiro, *a Revolução de 1817 durou apenas 80 dias, mal contados, mas foi um movimento emancipacionista de maior vulto até então realizado.*

Proclamada a Independência (1822), a dissolução da Constituinte no ano seguinte por D. Pedro I reativa, em Pernambuco, o ideal republicano, renovado na República ou Confederação do Equador, em 1824. Movimento revolucionário de características semelhantes ao de 1817, em verdade uma continuação, buscava ampliar-se a outras capitanias, conseguindo a adesão de seis províncias. Os revoltosos organizaram a República Federativa *enquanto não fosse promulgada a lei orgânica da Confederação. República e só República, e morra para sempre a tirania real*, dizia Paes de Carvalho, revolucionário de 1817 que retornara do exílio nos Estados Unidos. Termina o movimento com a execução do seu líder, Frei Caneca, e dos principais

revoltosos, pela força ou fuzilamento.

A propósito do 7 de Setembro de 1822, convém registrar interessante paradoxo do sonho republicano, longamente acalentado em nosso País. Protelado, enquanto se inspirou nos ideais da Revolução Francesa e da Independência norte-americana (a partir, inclusive, da Inconfidência Mineira, de 1789/92) é acelerado e ultimado, em decorrência da contradição da Bastilha, geradora da monarquia imperialista de Napoleão, dominadora de toda a Europa, o que obriga a Família Real de Portugal a vir às pressas para o Brasil. E, finalmente, colimado, não como república federativa, descentralizada; antes como Monarquia Parlamentar, unitária.

No período regencial, reeditam-se os movimentos federalistas e republicanos, de índole abolicionista e nativista, merecendo realce os do Pará, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul, pela importância e duração. No Pará, a Cabanagem (1835/40) assume o governo do Estado. Os franceses de Caiena aproveitam-se do conflito político-militar interno, para expandir as fronteiras até o Rio Oiapoque,

criando séria contenda internacional, só muito mais tarde solucionada favoravelmente ao Brasil. No Maranhão, a Balaiada (1838/41) é um conflito que não chega a comprometer a unidade monárquica, já que a revolta é dominada pelo futuro Duque de Caxias. Mais grave que todas, a Revolução Farroupilha (1835/45), no Rio Grande do Sul, exhibe nítido caráter separatista e republicano, sendo proclamada a República Rio-grandense, movimento que se irradia a Santa Catarina e conta com a simpatia e o auxílio dos republicanos do Uruguai e da Argentina. O talento e o espírito de conciliação de Caxias serão decisivos à participação dos insurretos.

O primeiro decênio do Segundo Reinado contemplará outros movimentos de índole republicano-federalista, como a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, seguinte às revoluções de Minas e de São Paulo (1842), sem estarem cicatrizadas a Balaiada e a Farroupilha. Todos esses conflitos traduzem um ideal nacional, embora inicialmente regionalizados em áreas estratégicas de importância político-econômica. Farroupilha tem o sentido político-estratégico

de desequilíbrio no extremo sul, do que se polariza no Nordeste, como perseguição à república brasileira. Daí por diante, como que por inércia, é no centro sul, balizado por São Paulo e Rio Grande do Sul, que, sob outra roupagem, retomará a caminhada republicana em ascensão realmente nacional, deixando de lado o movimento armado para prosseguir a campanha no cenário político, com envolvimento crescente dos líderes mais eminentes.

Segundo João Ribeiro, *tínhamos a tradição de movimentos radicais e republicanos de 1710, 20, 1817, 24, 35 e vários outros em diversos pontos do país (...). A Regência, com um Regente eleito pelo Povo, foi essencialmente a Primeira República de consenso nacional.*

A partir dos anos 50, por duas décadas, o sonho republicano ficará adormecido, que o cenário político-estratégico platino comprometeu a Monarquia como um todo, em conflitos políticos-militares traduzidos em guerras contra Rosas, na Argentina (1851/52), Aguirre, no Uruguai (1864/65) e, sobretudo, contra a ditadura de Solano Lopez, no Paraguai (1864/70). Curiosamente, o Impé-

rio que, a partir da década de 60, ganhará maior estatura político-estratégica em meio aos demais atores do cenário platino, sofrerá influência desse convívio com vizinhos, no concernente à escravatura e à democracia republicana.

CENÁRIO DAS DÉCADAS 1870/80

O envolvimento do Império em lutas no Prata, nos anos 60, culminando na longa e cruenta Guerra do Paraguai, custou muito caro ao Brasil e ao Paraguai. Não bastassem as crises e os conflitos internos nos anos 40, as décadas 50/60 obrigam o Império a conduzir estratégias político-diplomáticas e político-militares complexas e exaustivas, para atendimento ao equilíbrio de poder entre as nações platinas. D. Pedro consumia suas forças e energia, envelhecendo precocemente, enfraquecendo o Poder Moderador que ele personificava, perdendo interesse pelos negócios públicos. O prestígio pessoal do Imperador, fator decisivo da longa duração do Segundo Reinado, declinava e, com

ele, o Governo. A Monarquia reflete esse declínio da autoridade da Coroa, que é passada para os Presidentes do Conselho de Ministros, nos sucessivos Gabinetes.²

Os partidos tradicionais, Conservador e Liberal, concorrem para a queda da Monarquia. O primeiro, incapaz de enfrentar as crises que surgem, embora conseguindo conter as tentativas federalistas, cedendo, porém, ao propósito abolicionista. Na Questão Religiosa, os bispos punidos por um gabinete são anistiados pelo seguinte. Por outro lado, os liberais são fracos, desestruturados, pouco fazendo pela Abolição, o que estimula a fuga de muitos filiados para o Partido Republicano.

A Crise Servil ou Social é dos problemas mais sérios. A escravidão representava a base econômica da Colônia e do Império. Com a abolição do tráfico de africanos (1850), os escravos do Nordeste e da região das minas eram vendidos para a lavoura cafeeira. Além disso, em São Paulo trocavam-se escravos por imigrantes europeus, fragmentando-se os latifúndios em pequenas propriedades, o que debilita o poder dos senhores rurais, estimulando focos republicanos.

A propaganda sistemática da abolição começa nos anos 60. D. Pedro contemporiza com o problema, preferindo a emancipação gradual, até 31 de dezembro de 1889, conforme projeto do Conselheiro Pimenta Bueno – talvez lembrado do preço pago por outros estadistas que aboliram a escravidão: o Presidente Lincoln, do EUA (1865), e o Imperador Alexandre II, da Rússia (1855), seu parente, ambos assassinados. Aliás, *a Guerra Civil dos Estados Unidos veio de novo lembrar a questão, e mostrar, ao mesmo tempo, que só com meditada prudência e sucessivas reformas poder-se-ia evitar as atrocidades hediondas da Guerra de Secessão* (João Ribeiro).

Convém lembrar, ademais, que, em 1869, o Paraguai cedia à pressão do Brasil, decretando a abolição da escravatura, *para a nação ser guiada pela estrada da civilização*, enquanto os vencedores levariam vinte anos para extinguir a escravidão. A Abolição, assinada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, na verdade, abalou as fundações sócio-políticas e econômicas do regime, provocando imediata onda de oposição. Decaíam as fazendas do Sul e,

² O último, de Ouro Preto, seria o 36º.

assim, o apoio dos barões do café do Império. Como já se disse, a Abolição foi uma bênção do ângulo ético-jurídico; no entanto, emancipada de golpe, sem plano e sem indenização³, significou um desastre, do ponto-de-vista político-econômico, de trágicas conseqüências, sem nenhuma compensação à iniciativa privada.

A Crise Religiosa surge em decorrência da proibição de católicos pertencerem à maçonaria que, desde a Independência, desempenhava papel importante na política brasileira. Em 1872, o bispo de Pernambuco, D. Vital, determina o desligamento das irmandades católicas da maçonaria, sendo acompanhado pelo bispo de Belém, D. Macedo Costa. Considerando desrespeito à Constituição e às leis em vigor, os bispos são advertidos pelo governo, mas não acatam a punição, prosseguindo os atritos entre autoridades civis e eclesiásticas. Punidos com quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, é ela comutada pelo

Imperador, suprimindo-se os trabalhos, sendo transformada em prisão simples. A anistia para o rumoroso incidente virá com o Gabinete de Caxias, que, assim, pacifica o clero. Mas a solução definitiva para a liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado só ocorrerá em 1890, com a República.

Mais um sério desgaste para a Monarquia, que saiu desprestigiada do conflito

A convivência com os povos platinos, cujo regime político era nominalmente republicano, estimulou a compreensão de determinados problemas de índole político social, como o do regime e o da escravatura.

religioso. A grande maioria religiosa, constituída de católicos, ficou perplexa com a condenação dos bispos, aumentando o descontentamento com o regime e favorecendo a campanha republicana.

No concernente à dimensão estratégico-militar, a década de 70 reflete a larga experiência dos quadros profissionais do Exército nas lutas durante os anos 50 e 60, sobretudo a Guerra do Pa-

raguai, quando os conhecimentos de natureza profissional e a visão cultural oferecida pela Escola Central, a partir de 1858, possibilitaram rápida adaptação às necessidades operacionais e do combate. Além disso, a convivência com os povos platinos, cujo regime político era nominalmente republicano, estimulou a compreensão de determinados problemas de índole político social, como o do regime e o da escravatura.

A partir de 1870, esboça-se um pensamento militar, através da reformulação do ensino militar e de formulação de uma doutrina militar condizente com os reclamos profissionais, sendo proporcionado, aos futuros oficiais, novo padrão de ensino, além de maior desenvolvimento cultural e ampla visão dos problemas nacionais enfrentados pelo Império, como os respeitantes à Abolição e à República, temas discutidos e propalados nos meios culturais e políticos civis, na Corte e nas Províncias. Nesse sentido, a separação da Escola Central, agora Escola Politécnica, e a criação da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1874, sob forte in-

³ Um escravo valia, em média, 2 contos; 800.000 libertados, mais de 1,5 milhão de contos).

fluência da pregação filosófica de Benjamin Constant, muito significaram para a preparação e o deflagrar da República. Segundo o General Lyra Tavares, ... *a bem dizer, foram os cadetes da Escola da Praia Vermelha, sob a liderança de Benjamin Constant, os mais ardorosos lutadores da instituição da República.*

Enfim, cenário sombrio, o das décadas dos conflitos, sobretudo nos anos 80, cenário das crises nos campos econômico-social e político-militar, manifestações, na verdade, de uma só e grande crise nacional: a do Regime monárquico, que adoecia gravemente com o Imperador – monarquia decadente e incapaz de enfrentar os grandes desafios institucionais. D. Pedro II envelhecido e indiferente aos imperativos de urgência dos temas prioritários, relacionados com a Igreja, os senhores de escravos e a classe militar. A princesa, empolgada pela idéia abolicionista. Alternam-se os partidos no poder e, enquanto nele, difícil é distinguir o liberal do conservador. *Nada mais parecido com um Conservador do que um Liberal do Poder*, observa Joaquim Nabuco, que diz mais: *Nos últimos anos do Império,*

havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em ser republicano. Sucodem-se os gabinetes, em meio a grave conjuntura nacional, líderes políticos de valor, uns exaltando o Poder, outros combatendo-o virilmente. Prega-se a derrubada da Monarquia, na imprensa, nos clubes republicanos, nas associações de classe. Para completar, o quadro econômico preocupante após a Lei Áurea, principalmente as lavouras do Rio de Janeiro e do Nordeste. Em síntese: estava pronto o cenário para a República, faltando os atores, que se aproximam, e ... o ato final.

O CLUBE MILITAR E A REPÚBLICA

O Clube Militar e a Abolição

As Questões Militares

Para Pedro Calmon, a *Questão Militar era o protesto do Exército contra as incertezas e contradições do Poder Civil, principalmente a sua decisão de intervir nos grandes acontecimentos sociais (...).* Começou pela revolta individual contra o castigo imposto à liberdade de pensamento, e acabou num movimento largo de solida-

riedade de classe, que teve o condão de descobrir e salientar um chefe. Descobriu o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

A nosso ver, as denominadas Questões Militares, em número de três, surgidas nos anos 80, devem ser precedidas de uma outra, político-militar, talvez mais grave, porque entre líderes do governo, contornada pela pronta intervenção do Imperador, em meio ao impasse conseqüente ao fracasso de Curupaiti, em 1866, na Guerra do Paraguai, nomeando Caxias, um conservador, para o Comando-Chefe do Exército.

Caxias exige plenos poderes, não concordando o Gabinete Liberal de Zacarias de Góis, que cai, ficando dividido o Partido Liberal. Disso se aproveitam radicais e reformistas para, unidos, formar um novo partido, o Republicano, após a guerra. Eis aí o germe da dissidência militar, que começa dentro do próprio gabinete, vitoriosos os conservadores, com Caxias ao lado de D. Pedro II. As demais Questões Militares o serão, além de contra o Gabinete, ameaçadoras do Regime Monárquico, porque é a classe militar, refletindo preocupações da clas-

se média, que contesta o governo, seguindo-se, na escalada, a Abolição e... a República.

A 1ª Questão, ou Crise, Militar surge em 1883 e traz um estado de espírito generalizado, que extravasa o âmbito militar. O Tenente-Coronel Sena Madureira, brilhante e culto oficial, recebe delegação dos oficiais da Escola Militar para criticar, pela imprensa, como injusto e arbitrário, o projeto do marquês de Paranaguá sobre a reforma do Montepio Militar, ampliando-se a solidariedade de oficiais, do Rio e do interior. O projeto não foi aprovado, mas os oficiais ficaram proibidos de discutir assuntos militares pela imprensa.

A 2ª Crise, em 1884, ainda envolve Sena Madureira, que, no comando da Escola de Tiro de Campo Grande, homenageia o jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, que impediu o embarque de negros no Ceará para as províncias do Sul. Ao atender à pedido de informação sobre o assunto, respondeu de maneira agres-

siva, sendo punido e transferido para o Rio Grande do Sul. A última, e mais séria crise, mais comprometedoras que as anteriores, ocorre com o Tenente-Coronel Ernesto Augusto Cunha Mattos, que reagiu altivamente à injusta acusação feita na Câmara, pelo deputado Simplício Coelho de Resende, defendendo-se pela imprensa e expondo o civil Alfredo Chaves, Ministro da Guerra, por não ter repellido, no Parlamento, os agravos sofridos, principalmente do Rio Grande, ao comando do Marechal Deodoro.

No fundo, os conflitos entre militares e o governo decorrem do desinteresse da Monarquia pela reorganização e modernização do Exército,⁴ dando a impressão de que o Império atuava intencionalmente contra a força terrestre, coberta de glórias e submetida aos maiores sacrifícios durante a guerra, dela regressando com outra visão dos problemas militares e nacionais. Os oficiais sentiam-se discriminados, desprestigiados e até humilhados por sucessivos gabinetes. Para Eduardo Prado,⁵ *o Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado.*

O Clube Militar e a Campanha Abolicionista

As diversas Crises – a queda da autoridade do imperador e a hipertrofia do poder político do Gabinete, o desaparecimento de Caxias e de Osório do cenário político-militar – aconselham a criação de uma instituição, fórum de debates sobre temas da conjuntura político-militar e da problemática nacional, crescentemente preocupantes.

A resposta de Deodoro ao Ministro da Guerra, de que não precisava autorizar o pronunciamento de Sena Madureira, porque os militares não precisavam de licença para se defender, fá-lo, em definitivo, líder da Classe Militar, recebendo a adesão de outro notável chefe, o Marechal Câmara, visconde de Pelotas, quando chegou ao Rio, transferido para outra função.

A 14 de maio de 1887, persistindo as punições de Cunha Mattos e Sena Madureira, que o governo não cancela, a menos que requerido o cancelamento, agrava-se a crise entre chefes militares e o Gabinete, retratada no “Manifesto dos Generais”, ao Parlamento e à Nação, redigido por Rui

⁴ Equipamentos, instrução profissional e técnica, melhoria de vencimentos e acesso mais rápido na carreira.

⁵ “Fatos da Ditadura Militar”, Lisboa, 1890.

Barbosa e assinado por Deodoro e Pelotas, dizendo *não conhecer o caminho por onde se recua sem honra*. Aparentemente serenado o conflito, com o cancelamento das punições, a crise militar ganha dimensão nacional, contando os militares com a decisiva adesão de Rui à causa abolicionista. Essa aproximação, segundo San Tiago Dantas, é da maior importância, *como sintoma de ascensão política da classe média, de que Rui era uma expressão característica e de que o Exército é a própria elite*.

Aliás, antes do Manifesto, em fevereiro, Deodoro envia duas cartas ao Imperador, contundentes e altivas, que provocam a queda do ministro da guerra e o desgaste do barão de Cotegipe. A primeira (03 de fevereiro de 1887), decorre da reunião de 200 oficiais, presidida por Deodoro, que exige a anulação dos “avisos inconstitucionais”, que magoaram o Exército. *A obediência do soldado não vai até o próprio aviltamento. O soldado é obediente,*

mas não servil. E aquele a quem não repugnarem atos de baixa e servilismo não é digno da farda que veste, que é a mesma que V. M. Imperial honra, trazendo-a. A 12 de fevereiro de 1887, mais veemente: *A coisa é muito séria, Sr., e somente quem, por um lado, não tiver intuição do brio e do pudor natural e, por outro lado, não cogitar das conseqüências a advir, poderá encarar descuidoso a tormenta que se anuncia.*

Em seguida à reunião preparatória de 02 de junho de 1887, para organizar um centro, no Rio e nas províncias, com o propósito de estreitar a união entre Exército e Marinha, cuidar dos interesses da classe militar e participar dos magnos problemas nacionais, decorrência do Manifesto de 14 de maio – funda-se o Clube Militar em 26 de junho de 1887, tendo Deodoro como Presidente e a Diretoria contando com as figuras excelsas de Sena Madureira e Benjamin Constant e vários representantes da Marinha.⁶

Os desentendimentos entre a classe político-militar e o governo podem agora ser discutidos e encaminhados pelos militares no Clube Militar, onde expressam o seu

pensamento sobre a conjuntura político-estratégica, sobretudo militar, que se agrava sensivelmente, acelerando a Abolição e a República. Líderes como Benjamin Constant tentam convencer Deodoro da necessidade de mudar o regime, para tanto aproximando dos republicanos a oficialidade do Clube Militar.

Realmente decisivo será o papel do Clube Militar, através do seu líder, na campanha abolicionista, quando se posiciona contra o emprego do Exército na caça de escravos, *os pobres negros que fugiam à escravidão e os escravos que desertavam das fazendas e dos engenhos. Desertavam os escravos, em nome do sagrado direito à Vida (pela liberdade), à Justiça Social (pela igualdade e fraternidade entre os cidadãos) e à condição mais nobre de cidadãos da Pátria, pela qual por três séculos tanto trabalharam, para engrandecê-la, enriquecendo-a nos ciclos do açúcar, das minas e do café. Tantos vinham de lutar bravamente, morrendo e vencendo na Guerra do Paraguai.* Em carta de 23 de outubro de 1887, Deodoro dirige-se à Regência, reque-

⁶ Barões de Jaceguai, de Tefé, e capitães-de-mar-e-guerra Custódio de Melo, José Marques Guimarães e Eduardo Wandenkolk.

mente, não fosse utilizada tropa do Exército em perseguição aos fugitivos, *um pedido que é antes uma súplica*; no mesmo sentido encaminhando carta ao Ministro da Guerra, dois dias depois, afirmando que *o Exército é para a guerra leal (...); para outros afazeres que necessitem força armada há a polícia....*

O ato final, traduzido na Abolição, pela Lei Áurea (13 de maio de 1888), ocorrerá por inércia, consagrando a colimação desse objetivo, que dignifica e enobrece essa grande Instituição, que hoje nos acolhe, e que então acabava de nascer e tão estoicamente perseverara, na luta em defesa do Exército contra a escravatura, a omissão do ministro da guerra e a indiferença proletária da Corte. Eis uma das glórias do Clube, que contribuiu para extinguir a escravidão no Brasil, quando nos EUA fora necessária terrível Guerra Civil, de 5 anos, 1.000.000 de mortos e 2.200.000 de feridos e mutilados. Honra-nos ter o Clube Militar concorrido para a solução pacífica do problema servil. Para Rui no Exército e na Abolição está condensada e intensificada a vitalidade nacional.

O Clube Militar e a República

O Clube Militar e a Pregação Republicana

A Lei Áurea provocou enormes conseqüências morais, sociais, políticas e econômicas. O regime perdeu suas bases econômicas, libertou os escravos e condenou à morte o Império, pois, segundo J. Ribeiro, *os escravocratas, diante da lei da abolição, abraçaram as idéias republicanas que era, por sua vez, a abolição da raça branca*. E será ainda do Clube Militar, como assevera Rui, *dessa agremiação que saíram a Abolição e a República*, pois, vitoriosa a propaganda abolicionista, encampará o Clube Militar a causa republicana, meta imediatamente seguinte.

Perderá o Trono – observa P. Calmon – o velho apoio da grande propriedade por ele desamparada. Os liberais, atraídos pelas vantagens das reformas, hesitavam entre as idéias extremas. Fixaram-se na Federação das Províncias. Faltava ao Partido Conservador o golpe do alto, que o despedisse, para lançar-se nos braços da República – propagada com tenaz veemência (...). Os anos 70/80

balizam e direcionam o ocaso e a queda do Império, que o governo e os políticos custam a perceber as transformações aceleradas que se operam, a começar por Joaquim Nabuco, que declara (07 de Junho de 1889): *Há uma razão para não ter chegado ainda a hora da República; é que ainda não temos Povo e as oligarquias republicanas em toda a América têm mostrado ser um terrível impedimento a aparição política e social do Povo*. O próprio Rui, favorável à idéia federalista, dizia: *Federação com ou sem Coroa*, antes de aderir à fórmula republicana.

O Manifesto, lançando as bases para o futuro Partido Republicano (SP, dezembro de 1887), dizia: *Somos da América e queremos ser americanos*, frase de Quintino Bocaiúva, recentemente chegado dos EUA. Em 1873, como evidência de que a idéia republicana vingava, ocorrem a “Convenção de Itu” e o 1º Congresso Republicano, em São Paulo. Tão grande o entusiasmo dos propagandistas da República, que, nas proximidades de sua implantação, contavam-se 237 clubes republicanos e 74 jornais espalhados pelo País, sendo de ver, no entanto, que não significava expressão

política bastante para empolgar elites e povo, pois, em 1884, apenas elegem 3 republicanos para a Câmara dos Deputados. Por outro lado, o apostolado positivista, seguidor das idéias de Augusto Comte, acompanha o líder Benjamin Constant. O País caminha para a República. *Os que, na véspera, pareciam contentar-se com a Abolição – comentam P. Calmon – pediam, no dia imediato, a República (...) revolução que borbulhava nas suas ocultas nascentes da Escola Militar, do apostolado positivista, dos clubes republicanos, da maçonaria; prestes a desatar-se, caudalosa, com ímpeto das causas inevitáveis.*

Cenário curioso: muito popular, a Princesa Isabel era, com a edição da Lei Áurea, muito exaltada por José do Patrocínio, que liderava a “guarda negra” contra os estudantes republicanos, em defesa da Monarquia, por gratidão; mas o Trono se esfacelava, sem apoio da grande propriedade, que se torna republicana. Republicanos

eméritos como Silva Jardim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, combatem o Trono pela imprensa, nos clubes e associações.

Nesse contexto, o regresso do Imperador (22 de Agosto de 1888), pouco representaria para a estabilidade da Coroa, embora substituísse o conselheiro conservador, José Alfredo, por um liberal, do Visconde de Ouro Preto (07 de Junho de 1889). Ouro Preto organiza o Gabinete e dissolve a Câmara, orientando a sua atuação política contra a fermentação revolucionária do Exército e a propaganda republicana, que tenta, sem sucesso, deter, nomeando oficiais gerais para as pastas militares, sofrendo violenta e insistente oposição, pela imprensa do Rio e de São Paulo, de Rui Barbosa, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva. Esboça reformas urgentes no campo econômico-financeiro, para enfrentar o grave quadro da lavoura no Nordeste e no Rio de Janeiro, amenizando em São Paulo pela imigração europeia, mas inócuas, que a crise político-militar e a propaganda recrudescem.

Proclamação da República

A partir de 12 de outubro de 1889, a situação político-

militar se torna mais tensa e sombria, embora Ouro Preto confiasse na atuação dos ministros militares e do Ajudante-Geral do Exército, Marechal Floriano Vieira Peixoto. Inclusive Deodoro, incontestável líder do Clube Militar e da oficialidade inconformada e radical, irconciliável com o Ministério, há pouco regressara de Mato Grosso, enfermo e sem comissão militar, mas atento à evolução da crise político-institucional, engajando-se na conspiração a partir de 30 de outubro, depois de ouvir graves ponderações do Capitão Menna Barreto.

A visita do encouraçado chileno “Almirante Cockrane”, o veemente discurso de Benjamin Constant na Escola Militar, que recepcionava a delegação chilena, criticando a Monarquia e exaltando a frustração da juventude militar, e o baile da Ilha Fiscal, a 09 de novembro, oferecido pelo Imperador aos visitantes ilustres, configuram clima de tensão máxima da conspiração em marcha. Nesse mesmo dia, em dramática e agitada sessão no Clube Militar, ambiente tumultuado por notícias sobre transferências de unidades do Exército para o interior e pelo incidente da

⁷ Que pretendeu dissolver o Gabinete, diante das dificuldades decorrentes do enorme êxito do Congresso do Partido Liberal, em abril de 1889, presidido por Saraiva, aumentando a frente federalista.

Escola Militar, Benjamin Constant é aclamado chefe do movimento conspiratório, com o juramento dos presentes de que o acompanhariam até a morte. Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiúva acordam no mesmo sentido, sendo Deodoro instado por Benjamin Constant a chefiar a conspiração, concordando. Civis e militares esboçam um movimento revolucionário, com articulações no Rio e em São Paulo.

Precipitam-se os acontecimentos. A 11 de novembro, na casa de Deodoro e presentes Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo e Rui Barbosa, os conjurados organizam o futuro ministério, seguinte à ação militar, em princípio prevista para a noite de 20 de novembro. Está decidido, portanto, o fim do “antigo regime”.

A 13 de novembro, Ouro Preto, alertado sobre rumores de uma conspiração, indaga de Floriano sobre a procedência desse informe, recebendo como resposta que *devia confiar na lealdade*

dos chefes, que estão alerta e atentos ao movimento que se esboça.

14 de novembro: O imperador, que descansava em Petrópolis, vem ao Rio para visitas ao Colégio Pedro II e à Imprensa Oficial, regressando à tarde. O Major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro faz correr na cidade boato sobre ordem de prisão expedida contra Deodoro e Benjamin Constant e que outros batalhões seriam deslocados para guarnições do interior. Diante de tais informes, Quintino Bocaiúva e o Major Sólton antecipam o levante para aquela noite, estabelecendo contatos com as unidades da Corte, que se revoltam.⁸ O Comandante do 1º de Cavalaria, Coronel Silva Teles, assume o comando da 2ª Brigada e se prepara para deslocar-se. Quase à meia-noite (23:45 h), o Chefe de Polícia telefona para Ouro Preto sobre a prontidão do 1º Regimento de Cavalaria e avisa Floriano sobre a rebelião da tropa.

Na madrugada de 15 de novembro (03:30 h), Ouro Preto determina a Floriano que prenda os insubordinados, telegrafia a D. Pedro II, dando ciência da situação e se desloca para o Arsenal de Marinha, com os Ministros

da Justiça e da Marinha. Ao amanhecer, Ouro Preto e o Ministério dirigem-se ao Quartel-General, onde estava a 1ª Brigada com 2.000 homens⁹, para orientar a resistência ao levante da 2ª Brigada. Deodoro, que se deslocara para São Cristóvão, embora doente, assume o comando das tropas rebeldes, movimentando-se para o Campo de Santana, para atacar o Ministério da Guerra. Ouro Preto, depois de interpelar Floriano para capturar os 16 canhões em linha contra o Quartel-General, dele recebendo a negativa, com o argumento de que agora era diferente da Guerra do Paraguai (eram todos brasileiros) e percebendo que as tropas das 1ª e 2ª Brigadas confraternizam – expede segundo telegrama a D. Pedro: *Ministério sitiado na Secretaria da Guerra, tropa revoltada, é obrigado a pedir demissão.* Tardamente, percebeu Ouro Preto, como observava P. Calmon, que *cairia o regime; ninguém a morrer por ele. Nem um tiro, embora fosse uma Revolução, não um desfile.* Deodoro penetra no Quartel-General, depõe o Governo, mas Ouro Preto permanece com o Ministro da Justiça, depois de liberar os outros ministros. Na ver-

⁸ 1º e 2º de Cavalaria, de São Cristóvão, mais o Regimento de Artilharia.

⁹ Polícia, Bombeiros e Tropa de Infantaria.

dade, houve um tiro, no Barão de Ladário, Ministro da Marinha, quando se dirigia ao Quartel-General para a reunião do Gabinete. Dissolvido o Ministério, Deodoro retira-se do Quartel-General e desfila com a tropa pela cidade, até o Arsenal de Marinha, confraternizando com a tropa aí estacionada, recolhendo-se aos quartéis, em seguida. Às 12:00 horas, D. Pedro II está no Rio e convoca Ouro Preto, que chega às 16:00 horas, sugerindo um liberal, Silveira Martins, que o Imperador aceita, para substituí-lo, embora inimigo de Deodoro. Pouco antes (15:00 horas), José do Patrocínio, da janela da Câmara Municipal, sob aclamação, declara que estava fundada a República.

Às 19:00 horas, Patrocínio vai à casa de Deodoro, informando-o do ocorrido e percebe a sua profunda irritação pela escolha de Silveira Martins. Enquanto isso, a Princesa Isabel convoca o Conselho de Estado, que aceita a indicação de Saraiva. Este convoca Deodoro, que não responde.

Dia seguinte, a resposta de Deodoro pelos jornais, consubstanciada no Decreto

nº 1, proclamando a República, declarando vitoriosa a Revolução, na Corte e nas Províncias, e organizando o Governo Provisório, sob a sua presidência. Por outro ato, é decretado o banimento da Família Imperial que seguiu, no dia 17 de novembro de 1889, para o exílio.

Com a Proclamação e o Governo Provisório se encerra o 1º Ato da cena republicana, que os dois seguintes,

Com a Proclamação e o Governo Provisório se encerra o 1º Ato da cena republicana, que os dois seguintes, da Consolidação e da Pacificação, ficarão para outros personagens, Floriano e Prudente de Moraes, enquanto o 1º teve em Deodoro o seu ator principal.

da Consolidação e da Pacificação, ficarão para outros personagens, Floriano e Prudente de Moraes, enquanto o 1º teve em Deodoro o seu ator principal.

Para Leôncio Correia, em sua "Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro, em qualquer outro lugar, em qualquer outro mês, em qualquer outro ano, outro general poderia proclamar a Repú-

blica; esta, porém, que aí está, boa ou má, cheia de fealdade ou de beleza, povoada de sombras e de clarões, madrastra ou egoísta ou mãe generosa – essa foi proclamada por Deodoro, que somente ele exercia sobre as tropas a fascinação irresistível, indispensável para levar a cabo tarefa cívica de tal monta.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Falamos da origem do Clube Militar e do fim do Império Brasileiro, do amanhecer do Clube e do anoitecer do "antigo regime", exaltando os motivos orientadores do surgimento do novo regime. No cenário configurador dos anos 80, vimos isolarem-se na campanha abolicionista, ao lado de Deodoro, Pelotas, Sena Madureira e Cunha Mattos, na área militar, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, sobretudo Rui Barbosa, na área civil. Na campanha republicana, Rui Barbosa, Silva Jardim e Aristides Lobo, o destaque fazendo-se para Benjamin Constant que eletriza a oficialidade militar, comandada por Deodoro, seu líder.

Se é verdade que, nas assembléias escaldantes de entusiasmo e ardor cívico-patriótico de militares e civis no Clube Militar, se deram os últimos vagidos da República nascente, nem por isso, ao cabo dos debates e discussões veementes, seguiu-se torrente incandescente de lavas revolucionárias. A República proposta não seria a da Revolução Francesa nem a das guerras revolucionárias das colônias inglesas, sem embargo do longo itinerário balizado no tempo-espaço das rebeliões de Olinda, Ouro Preto, Recife, na Colônia, e, após 1822, da Confederação do Equador e da Revolução Farroupilha. Até porque sempre preferimos – traço singular do caráter nacional – a conciliação seguinte à contestação, a concórdia depois da discórdia, convergência e composição finalizadoras da divergência e da imposição. Enfim, evolução e mutação, amenizadoras do choque revolucionário. Revolução, pois, no sentido ético-político, não no social.

Respalhada nas reuniões do Clube Militar e ultimada no levante do Exército, preparou-se uma Revolução com a pretendida derrubada da Monarquia? No rigor filosófico-social, sem dúvida,

que se mudariam os rumos jurídico-políticos e econômico-sociais do Império, ao sabor orteguiano. Coibir abusos do Poder Monárquico envelhecido, a despeito da impoluta e exemplar figura do Imperador e sábio – e eram crescentes o autoritarismo, a violência, a prepotência – não bastaria, pois teríamos mais um Gabinete, predominante ou majoritariamente liberal-reformista. Impunha-se, então, promover a Revolução, substituindo o antigo por um novo regime. Ao absolutismo do Segundo Reinado, unitário, o federalismo republicano, descentralizado. E foi o que ocorreu, sem traumas, nem lutas fratricidas. Mas o conflito político-institucional, no entanto, culminaria numa paz frustrada, que a consolidação republicana custaria caro ao governo do Marechal Floriano Peixoto, a pacificação só se esboçando com Prudente de Moraes.

Relevante e decisivo foi o papel do Clube Militar, polarizando anseios e aspirações da classe média e estimulando a participação expressiva do estamento militar no movimento que culminaria na rotura das instituições monárquicas. Para Cândido Motta Filho o *Clube Mi-*

*litar não era um irrequieto foco de desordens. Era a Revolução Republicana (...). Serviu para Benjamin Constant convencer Deodoro a mudar o Regime, não uma quartelada, congregando militares e civis republicanos (...). O Movimento Republicano (...) deve muito ao Clube Militar que, desde sua fundação, irradiou o inconformismo do Exército, que se confundia com as aspirações de um novo regime. Dizia Rui Barbosa, falando em 27 de junho de 1921 nessa casa, que aniversariava e dava posse ao Marechal Hermes da Fonseca, que *daqui (do Clube Militar), saíram, daqui, debaixo da influência desta Casa, e sob a direção do seu Instituidor (o Marechal Deodoro), saiu a revolução dos cativos e, depois, a republicanização brasileira.**

15 de Novembro de 1889 teria sido golpe, revolução ou golpe revolucionário?

Em sentido restrito, de tiro de misericórdia num regime cujas fundações econômico-sociais comprometiam a segurança da Monarquia, que desabava com a Lei Áurea, sem dúvida, um golpe. Mas o fenômeno é muito complexo no campo da ciên-

cia política, pois envolve, não apenas a queda da Monarquia, mas o momento seguinte, de extremo risco, de consolidação republicana. Politicamente, visualizou objetivos de uma ordem jurídica e econômico-social, além de federalista e descentralizada, mais justa e menos concentradora de riqueza; estrategicamente, porém, pequenos foram os ganhos. O ato de Deodoro representou, na verdade, mais que um golpe de Estado, uma restauração de usos; foi além, significando o que Ortega denomina de mudança de usos, sendo, portanto, uma revolução. Mas revolução sem a longa duração, o custo tremendo da Queda da Bastilha. Revolução, sem longa “ausência do Direito”. Em outras palavras, num paralelo a 1822: politicamente, um só objetivo, a 15 de Novembro, a República Federativa como, na Independência, a Monarquia unitária. Estrategicamente, como em 1822, a partir do Fico e, depois da Abolição, em 1889. Como, de resto, ocorre nos cenários político-estratégicos admitidos ao longo do processo histórico-cultural: na Colônia e no Império (até os anos 60), embora Abolição e República, objetivos desejáveis, não

se apresentam realizáveis; enquanto, a partir da Guerra do Paraguai (anos 70/80), além de desejáveis, se denunciavam possíveis e operacionais.

A República teria sido evento prematuro, ou tardio, oportuno ou desnecessário?

A nosso ver, conveniente e oportuna, a implantação republicana, justificada em face de: ideal republicano-federativo, extensão do território continental-marítimo, excessiva e demorada centralização do poder, risco de fragmentação política e enfraquecimento do poder moderador, pessoal. A Monarquia, depauperada pelos sucessivos governos, abalada, com a Abolição, malbaratada suas energias e agitada pelas questões ou crises. Em síntese: chega a República quando a Monarquia se vai ... Pena é que os republicanos não estivessem preparados para nela entrar...

Difícil é aprisionar os atores principais, do Clube Militar e da República, num só painel e traçar-lhes o perfil, em moldura final.

Benjamin Constant: figura inconfundível no Exército, lente admirável e venerado pelos jovens oficiais e cadetes, cérebro do Clube Militar e orientador da Revolução republicana. Como Vice-Presidente do Clube Militar, foi *o primeiro fator da República* (César Zama), quem *delineou, preparou e levou por diante ele só* – segundo O Paiz – *até a vitória, a Revolução de 15 de Novembro*, comendo, com Deodoro e Floriano, a trilogia dos revolucionários do Clube Militar.

Se Deodoro não tivesse saído à rua no seu cavalo de guerra – observa Benjamin Constant – *a República não se teria feito*. Observação ampliada por Pedro Calmon, que o considera *o coordenador supremo de uma Revolução, que precisava ser pacífica (...)*. *Era o mais conhecido, o mais respeitado, o mais ilustre chefe militar da geração que obedeceu a Caxias e Osório*. Grande como herói nos campos da batalha, grande como chefe e líder militar.¹⁰

Quando sente o momento e se identifica com o po-

¹⁰ Registram-se, como homenagem à bravura cívico-patriótica da Mulher Brasileira, três momentos da vida de Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, pranteada mãe de Deodoro, relacionada com os sete filhos que combatiam como voluntários na Guerra

der revolucionário, que assume e de que momentaneamente se investem as Forças Armadas, poder retirado do Imperador, não contra a pessoa de D. Pedro II – que, por justiça, merecia o mais acendrado respeito da Nação – proclama a República, implanta o regime republicano; preside a transição política. Promove a reestruturação econômica. E, finalmente, deixa o poder, sem luta, como dois anos antes o empolgara, de forma incruenta. Três planos ou dimensões, sucessivas e crescentes, destacam-se na atuação do Marechal Deodoro da Fonseca: o militar, o social e o nacional, isto é: defendendo, inicialmente, direitos da classe militar, ao investir contra a omissão do Ministro da Guerra e o abuso do governo; defendendo, a seguir, direitos dos escravos, de *homens que buscam a liberdade sem combates nem represálias*, não aceitando o papel *indecoroso, menos digno que*

se quer dar ao Exército; defendendo, finalmente, a Nação Brasileira, ao substituir o antigo regime pela República Federativa.

Floriano Peixoto: eis outro vulto majestático a merecer de estudo especial, impassível no perigo como fora herói nos campos de batalha. Excepcional soldado e estadista, resoluto, desassombrado, fulminante nas ações. Estadista da República, de sua consolidação. Exerceu o poder com honra, glória e dignidade. Restaurou a autoridade do Poder Central, restabeleceu a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas. Enfrentou todas as rebeliões contra a ordem constituída, esmagando a todas. Vida simples a sua: uma linha reta.

Deodoro e Floriano, ambos glórias altaneiras do Brasil, indissociáveis no serviço da Pátria; duas vertentes da cordilheira nacional. Um, fundando, proclamando a República; outro, mantendo-a, consolidando-a com

mão de ferro. Ambos protagonistas do mesmo cenário, cenas sucessivas. Enquanto Deodoro representa brilhante e heroicamente seu papel, iluminando o poder, Floriano se mantém recolhido atento à evolução da crise. Quando Deodoro a ele entrega o poder supremo, agiganta-se o soldado, o chefe, o estadista. Inflexível e insuperável na exigência ao cumprimento da lei, dela chegando por vezes a sair, para que o primado da lei fosse atendido. *Dessa cadeira* – diz ele, aos que o querem derrubar – *só duas forças me tiram: a Lei ou a Morte!*

Rui Barbosa, um dos apóstolos da extinção da escravatura, estadista do desenvolvimento, autêntico organizador da República (autor do Decreto nº 1, do Banimento, da Bandeira, da Separação da Igreja e o projeto da Constituição). *Se Deodoro foi o Proclamador, se Benjamin, o fundador, Rui foi o construtor da República.*

D. Pedro II e Ouro Preto: o Imperador, figura austera de patriota-estadista, personificava, com absoluta compostura e equilíbrio, um poder político extremamente complexo e difícil de exercer, não fossem as

do Paraguai. O 1º momento traduz sua indignação quando soube que se intentava uma paz para a guerra: "Prefiro não ver mais meus filhos. Que fiquem antes todos sepultados no Paraguai, com morte nos campos de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria". Quando recebeu do emissário do Imperador a notícia da vitória final do Brasil e da morte de três de seus filhos, respondeu-lhe: "A vitória da Pátria alcançada, a que todos tinham ido defender, valia muito mais que a vida de seus filhos". Finalmente, cena comovente a de Dona Rosa da Fonseca, no cais, beijando o Estandarte que agasalhara com a morte o filho mais novo e primeiro a morrer em combate.

excelsas qualidades de caráter, cultura, visão dos problemas de sua época, monarca avançado que era para o seu tempo. Enfrentou problemas de segurança interna e externa, numa sucessão de crises, emergentes em várias áreas estratégicas do País e relativamente ao Prata, de cujo equilíbrio político-estratégico foi fiador. Exemplo ímpar de honestidade: custeava, por conta própria, todas as despesas das viagens ao exterior, recusando oferta de 2.000 contos que o Parlamento pretendia conceder. *D. Pedro II e Deodoro* – observa Hélio Vianna – *exemplo de patriotismo e desprendimento, pois ambos pouparam à Pátria os horrores da guerra civil.*

Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, grande e último herói da Monarquia, famoso estadista, talentoso autoritário, decidido. Permanece na Chefia do Gabinete a 15 de Novembro de 1889, *impávido, arrogante quase* (Américo Palha), merecendo o respeito e a admiração dos vencedores, sobretudo depois do diálogo com Deodoro, diálogo impressionante pela estatura moral de ambos, um encarnando o poder vitorio-

so; o outro, com altivez e dignidade, o regime que caía.

Aproximamo-nos, assim, do final deste ensaio, após configurarmos os cenários convergentes à atuação do Clube Militar e à implantação da República. Enquanto vivos, Caxias e Osório sustentam o Império, ao lado de líderes civis, nos anos 70; na década seguinte, outros líderes, Deodoro e Floriano, proclamam e sustentam a República, amadurecida e preparada por líderes da estatura de Benjamin Constant e Rui Barbosa, sobretudo. As Forças Armadas se despem do papel de comparsas do cenário dos anos 80, para apresentarem-se partícipes da cena final do 15 de Novembro, como protagonistas. São exemplos admiráveis e respeitáveis, nas elites político-militares, dos que estavam no Poder e dos que o derrubam, substituindo-o por uma nova ordem jurídico-política.

Importa agora, passado mais de um século, não apenas glorificar, enaltecendo vultos que se agigantaram na fundação e consolidação da República: instituições como o Clube Militar e os clubes republicanos, erigidos ao calor e sob influxos

do ideal republicano. Importa, contemplando retrospectiva de tanta significação no espaço-tempo da historiografia brasileira, meditarmos nós outros, dos tempos de hoje e do panorama conturbado e complexo desta última década do século, sobre o simbolismo dos principais protagonistas e atores de paisagem tão impressionante aos destinos do País.

Admiráveis as figuras de Benjamin Constant, Rui, Quintino Bocaiúva, Deodoro e, sobretudo, Floriano, consolidador de todo um sonho quase desfeito.

Respeitáveis a compostura, a dignidade, a altivez e a seriedade de D. Pedro II e de Ouro Preto, diante do fato histórico e, até mesmo, o inconformismo obstinado e insistente de líderes civis-militares, que não aceitavam a nova ordem ou discordavam da estratégia de sua implantação definitiva.

Que sejam as últimas palavras deste ensaio de homenagem a esses vultos maiores, e de plena confiança no futuro do Brasil, que certamente contará em suas elites civis-militares notáveis expressões, como no passado centenário, que ora reverenciamos.

